

**Do cultural ao *queer*: a contribuição dos Estudos Culturais para pensar as relações de gênero nos estudos em comunicação**

**Del cultural al *queer*: la contribución de los Estudios Culturales para pensar las relaciones de género en los estudios en comunicación**

**Cultural to *queer*: the contribution of cultural studies for the research of gender relations in communication studies**

**Tainan Pauli Tomazetti**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)**

[tainanpauli@gmail.com](mailto:tainanpauli@gmail.com)

**Dieison Marconi**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)**

[dieisonmarconi@gmail.com](mailto:dieisonmarconi@gmail.com)

*Fecha de recepción: 3 de abril de 2017*

*Fecha de recepción evaluador: 6 de junio de 2017*

*Fecha de recepción corrección: 7 de junio de 2017*

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo recuperar historicamente a contribuição dos Estudos Culturais britânicos no encaminhar das reflexões de gênero nos estudos em comunicação. Para isso, faz-se uma pesquisa bibliográfica e teórica com importante alicerce nos estudos feministas produzidos a partir da década de 1970, quando a categoria de gênero e as

críticas ao patriarcado começam a ser produzidas estabelecendo seu lugar nas análises culturais. No encaminhar da reflexão ressaltamos, ainda, como os Estudos Culturais também influenciaram a vertente de estudos *queer*, especialmente com o flagrante da politização da prática acadêmica para a produção de um novo olhar sobre o binômio sexo/gênero. Conclui-se a partir da revisão de literatura dos principais textos produzidos entre as décadas de 1970 a 1990 que as teóricas feministas e os estudiosos *queer* propuseram novos caminhos para os estudos em comunicação. Desvela-se, assim, de maneira clara e consistente, a politização do âmbito doméstico, além do reconhecimento das questões de poder, ideologia e naturalização das assimetrias entre sexos, vinculadas principalmente ao biológico e incrustadas nos meios de comunicação.

**Palavras-chave:** comunicação e cultura; gênero; estudos culturais; teoria *queer*; estudos feministas; sexo/gênero.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo recuperar históricamente la contribución de los Estudios Culturales británicos en el encaminamiento de las reflexiones de género en los estudios en comunicación. Para ello, se hace una investigación bibliográfica y teórica basada en los estudios feministas producidos a partir de la década de 1970, cuando la categoría de género y las críticas al patriarcado empiezan a producirse estableciendo su lugar en los análisis culturales. En el encaminamiento de la reflexión resaltamos como los Estudios Culturales también influenciaron la vertiente de estudios *queer*, especialmente con el flagrante de la politización de la práctica académica para la producción de una nueva mirada sobre el binomio sexo / género. Se concluye a partir de la revisión de literatura de los principales textos producidos entre las décadas de 1970 a 1990 que las teóricas feministas y los estudiosos *queer*, propusieron nuevos caminos para los estudios en comunicación. Se desvela así, de manera clara y consistente, la politización del ámbito doméstico, además del reconocimiento de las cuestiones de poder, ideología y naturalización de las asimetrías entre sexos, vinculadas principalmente al biológico e incrustadas en los medios de comunicación.

**Palabras claves:** comunicación y cultura; género; estudios culturales; teoría *queer*; estudios feministas; sexo/género.

## Abstract

This essay aims to recover the contribution of British Cultural Studies in the route of gender studies in communication research. The bibliographic and theoretical research was made with important foundation in the feminist studies produced from the 1970s, when the gender category and the criticism of patriarchy enter the scene looking for their statement in cultural analysis. We also emphasize how Cultural Studies have influenced the queer studies, especially with the politicization of academic practice for a new perspective on the relation between sex / gender. It was concluded from the review of main texts, produced between the 1970s to 1990s that feminist theorists and queer scholars have proposed new directions for communication studies. Unveils us a clear and

consistent manner, the politicization of the domestic sphere, beyond recognition of the issues of power, ideology and naturalization of asymmetries between sexes, mainly linked to biological and embedded in the media.

**Keywords:** communication and culture; gender; cultural studies; queer theory; feminist studies; sex/gender.

## Introdução: O cultural como fonte para um projeto político

Entendido como um terreno múltiplo e interdisciplinar, o campo dos Estudos Culturais emerge em sintonia com perspectivas políticas e sociais particulares configuradas, especialmente, pela análise conjuntural de seu tempo. Com gênese na Inglaterra pós-guerra do final dos anos de 1950, mas com encaminhamentos específicos em diversos continentes, este campo de estudos inicia-se atento às formações ideológicas e às configurações hegemônicas da sociedade pós-industrial com finalidades políticas.

É consenso acadêmico relegar a base deste movimento de teorias a três textos paradigmáticos que impulsionam o caráter epistemológico e fundamental do conceito de cultura nas análises subsequentes, são eles: *The uses of Literacy* (1957) de Richard Hoggart; *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams e *The making of the english working-class* (1963) de E. P. Thompson. Com a perspectiva da criação de um projeto político e influenciados pela alteração dos valores tradicionais da classe operária, os autores fundantes dos EC buscaram analisar e compreender as relações entre a cultura e a sociedade de classes inglesa, em profunda transformação pelo impacto e dinamismo dos meios de comunicação de massa em seu cotidiano (Escosteguy, 2001; Hall 2003; Schulman, 2004).

Embora cada dos textos seminais tenha um olhar específico, e muitas vezes não consensual, é possível apontar que há entre eles uma problemática de fundo que irá organizar os EC como o conhecemos. Como expõe Hall (2003), o foco das análises nestes textos recai sobre o conceito de cultura diante “das grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria (...)” (Hall, 2003, p.133).

Assim, com uma proposta antidisciplinar – negando a estruturação academicista da época – e politicamente engajada – pela atuação de seus fundadores junto à Nova Esquerda<sup>1</sup> – os EC passam a se organizar institucionalmente quando vinculados à Universidade de Birmingham através do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS). A partir daí, é possível apontar o desenvolvimento intensificado de um núcleo de pesquisas que tem como primeiro diretor Richard Hoggart<sup>2</sup>. Nesse primeiro momento, a análise cultural da sociedade é o principal foco dos estudos e junto dela surge a definição de que novos elementos, como os textos, a literatura, as artes e a linguagem, dão um papel

constitutivo à cultura para a compreensão e interpretação das instituições e das relações sociais (Hall, 1997).

Como aponta Escosteguy (2001), uma importante reordenação do conceito de cultura é elaborada. E isso ocorre, principalmente, através dos textos *Culture and Society* (1958) e *The Long Revolution* (1962), ambos de Raymond Williams, nos quais o autor expõe a cultura como processo chave para o entendimento das estruturas sociais e das experiências dos indivíduos. Demarca-se aí uma significativa contribuição, que se inicia a partir da crítica literária e estende-se aos demais produtos da cultura de massa: a definição de que a cultura não pode ser mensurada intelectualmente entre alta e baixa, entre o erudito e o popular ou massivo.

O alargamento do conceito de cultura proporcionou, assim, uma ruptura de pensamento naquele período, na qual as práticas culturais deveriam ser vistas e analisadas de acordo com o contexto social, histórico e de relações poder no qual se encontravam. O cultural passou de dogma estrito para tornar-se prática ordinária constituinte dos processos sociais. Assim, com distintos objetos de análise (literatura, cinema, televisão, artes etc) e mesclando qualitativamente inúmeras disciplinas sociais (sociologia, história, antropologia, filosofia, linguística etc), os EC iniciaram uma intensiva produção intelectual afinada aos debates de um projeto político.

Como destaca Escosteguy (2001), com uma dupla agenda, teórica e política, os EC vão se oferecer a discutir variadas questões ao longo do tempo. Ainda em seus primeiros estudos, é de fato importante salientar a releitura dos pressupostos marxistas, em especial, o tensionamento de autores como Gramsci e Althusser, acionados pela incorporação dos conceitos de hegemonia e ideologia respectivamente. As leituras destes pós-marxistas contribuíram especialmente para o desenvolvimento da ideia não reducionista das estruturas de classe social determinadas unicamente pela ordem econômica, estas definições estariam complexamente atreladas, agora, aos entremeios culturais e sua autonomia relativa na produção das esferas sociais.

No entanto, apesar de ter sido inaugurado em 1964, é apenas no início da década de 1970 que o CCCS passa a visibilizar os EC no mapa intelectual europeu, disseminando suas produções a partir da publicação periódica *Working papers* (Schulman, 2004). Nessa mesma década, as pesquisas começam a pensar os meios de comunicação de massa para além das esferas de resistências das classes populares, centrando suas análises nas estruturas ideológicas. Conforme pontua Escosteguy (2001):

a temática da recepção e a densidade dos consumos mediáticos começam a chamar a atenção dos pesquisadores. Este tipo de reflexão acentua-se a partir da divulgação do texto “Encoding and decoding in the television discourse”, de Stuart Hall, publicado pela primeira vez em 1973. Desencadeado um processo de deslocamento do olhar, dentro do espectro dos estudos culturais, começam a aparecer outras produções:

David Morley publica “Texts, readers, subjects” (1977-1978) e, logo em seguida, algumas pesquisas empíricas começam a tomar corpo (Escosteguy, 2001, p.36).

Cronologicamente, nas décadas subseqüentes de 1980 e 1990, os EC, já alastrados pelo mundo, irão se concentrar nas discussões sobre a globalização do consumo e das culturas e na desestabilização das identidades (nacionais, sociais, culturais). Abre-se espaço, neste período, para as metodologias empíricas de cunho aberto, como as etnografias, e para as análises dos processos circulares de consumo e apropriação dos produtos culturais e de massa.

De forma sintética, é possível notar que no encaminhar do desenvolvimento do CCCS entre as décadas de 70 a 90, as temáticas de pesquisa e também seus aspectos teóricos e metodológicos vão se reordenando de acordo com as transformações e movimentos sentidos e vividos por seus pesquisadores – não longe daquilo que os impulsionava num primeiro momento. Há também neste mesmo sentido outras linhas dos EC sendo desenvolvidas, majoritariamente, nos EUA, na Austrália e na América Latina.

Contudo, o fato que ancora esta reflexão acontece ainda em meados da década 1970 quando os EC vão ao encontro das teorias feministas em urgência no período. A partir daí, o conceito gênero e as críticas ao patriarcado entram na arena de reflexões buscando um lugar nas análises culturais e fundindo-se, não antes sem conflitos, para a constituição de novas variáveis nas pesquisas, principalmente àquelas que giravam entorno das audiências e da recepção dos meios (Matterlart & Neveau, 2004; Escosteguy, 2001).

### **Os Estudos Culturais encontram as feministas: do “efetivamente vivido” ao “pessoal é político”.**

Hall (2011) encarou o feminismo como uma ruptura que impulsionou a reorganização do campo de estudos da cultura de forma bastante concreta. Para ele, com o feminismo no CCCS mexeu-se significativamente com o olhar que estava construído até o momento: das estruturas de classe social passou-se a notar com afínco as questões de poder, sexualidade e subjetividade que envolviam as práticas culturais. As formas de resistência passaram compreendidas para além da esfera pública incluindo o âmbito doméstico no diagnóstico das análises com profundo teor político. Este movimento social e teórico impulsionou o questionamento sobre o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, abrindo-se para a contestação das formas estruturadas das identidades sociais (ser homem e ser mulher) (Hall, 2011).

Conforme Repoll (2010), a revolução que a teoria feminista causa no CCCS na década de 1970 tem uma relação direta com o enfoque de pesquisa das audiências femininas nos meios de comunicação e das subculturas orquestradas neste contato. É válido ressaltar que as concepções do feminismo na época eram veementes quanto à

estruturação das relações de poder entre os sexos como mecanismos de dominação e, assim, os produtos da cultura de massa incluíam-se, nesse prisma, como mantenedores das amarras de subordinação.

Neste período, as concepções que levavam à construção do conceito de gênero como categoria de análise social tinham base em estudos que, na busca por desconstruir aquilo que se pressupunha como a ordem natural das coisas, investiram na compreensão da condição de exploração das mulheres e das problemáticas advindas de sua relação com um universo social demarcado pela dominação patriarcal. É importante salientar, que o conceito tal qual o conhecemos é fruto de indagações e reflexões da segunda onda do movimento feminista, já em destaque por sua inscrição acadêmica. Há, no entanto, importantes obras e autores que influenciam seu desenvolvimento, como livros *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir; *A mística feminina* (1967) de Betty Friedman; *Sexo e temperamento* (1935) de Margareth Mead, assim como reflexões de Marx, Freud, Levi-Strauss, Foucault, Derrida, Bourdieu entre outros.

Passando a refletir exaustivamente o gênero como uma categoria social e subjetiva, as teóricas feministas romperam com o essencialismo a-histórico e androgênico que levava o gênero a ser estritamente compreendido enquanto biológico, superando as afirmações acerca da inferioridade da mulher em relação ao homem. Esse raciocínio permitiu a incorporação da dimensão do cultural às diferenças sexuais, o que não representou a sumária negação do biológico, mas sim, uma torção no olhar das ciências sociais como um todo para as estruturas culturais que configuram as identidades humanas.

Assim, a ideia de rigidez dos papéis sexuais é abandonada com a finalidade de vislumbrar a tensão entre o biológico e o social como indicadores de uma complexa elaboração cultural. Conforme expõe Heilborn (1994, p. 2), o conceito de gênero é profundamente devedor da ideia da arbitrariedade cultural, como descreveu a antropologia, noção que aponta para o reconhecimento de que:

o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações (...) A cultura composta de conjuntos ideacionais específicos apresenta-se como um todo integrado; cada domínio pode ser objeto de concepções peculiares, contudo eles mantêm entre si uma tessitura que não é de simples justaposição, ao contrário, integram um sistema interdependente que provê a coerência de uma determinada visão de mundo. (Heilborn, 1994, p. 2).

Textos importantes como “*O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*”, da antropóloga feminista Gayle Rubin, publicado em 1975, demarcam essas superações e firmam o gênero como objeto de uma nova teoria. Discorrendo sobre a opressão e a subordinação da mulher, Rubin argumenta a negação ao determinismo biológico. Sua análise firma a compreensão de que o gênero tal qual o conhecemos reporta-se as divisões sexuais impostas e produzidas nas relações sociais da sexualidade,

as quais compõem o que denomina de sistema *sexo/gênero*: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1993, p. 159). O sistema *sexo/gênero* interpreta, assim, a dicotomia fundante dos aparatos da sexualidade humana ao incorporar o sexo como matéria-prima dos corpos e o gênero como o produto cultural que age sobre eles.

Não obstante, com fortes argumentos em mãos, as teóricas feministas desbravaram um terreno de pesquisas, junto ao CCCS, que nutria-se de uma nova mirada: a não-passividade das audiências diante dos discursos midiáticos. Com isso, abandonam-se as definições monocausais – e particularmente estruturalistas – para dar espaço à compreensão das “múltiplas relações que compõem os diversos elementos do processo de produção de sentido” (Repoll, 2010, p.128).

A preocupação inicial dos estudos de gênero no campo de estudos dos meios de comunicação, nesta perspectiva, estava ligada a problemáticas que pudessem flagrar as experiências cotidianas de leitura e negociação das mulheres no contato com a indústria cultural e, a partir disso, centrar-se na crítica e nas resistências ali articuladas. Em uma tentativa de aproximação, é possível notar que os EC e o feminismo da década de 1970, conhecido como a segunda onda<sup>3</sup>, possuem em suas bases fatos e motivações comuns. Assim como os EC, o feminismo também apresentou uma trajetória fomentada pelo radicalismo da Nova Esquerda (*New Left*), iniciando-se como um dos diversos Novos Movimentos Sociais que vieram a desafiar as estruturas normatizadoras e transformar o imaginário político da época. Como afirma Fraser (2007) “ao exporem uma ampla gama de formas de dominação masculina, as feministas sustentaram uma visão expandida da política que incluísse ‘o pessoal’” (Fraser, 2007, p. 292). É possível notar, aqui, mais uma convergência: o slogan “o pessoal é político”, sustentado pelo feminismo, convoca a pensar o âmbito das práticas e das experiências das mulheres como formas de resistência e criatividade, o que está muito próximo do que epistemologicamente se passou a entender como cultura junto aos EC, parafraseando Raymond Williams (1979), aquilo que se vive no dia-a-dia. Por fim, ambos também eclodem em um contexto não acadêmico que se dedicou não apenas a reivindicação dos sistemas de exploração, mas a indagação dos conhecimentos cânones da ciência e da sociedade como um todo, sendo, por isso, dificilmente aceitos.

Fundamentado por um contexto político propício e inspirado em obras de peso acadêmico, junto aos EC o feminismo assume o desafio de reinventar-se e desbravar o terreno dos estudos em comunicação. Enfrentando a invisibilidade pública diante de outros movimentos sociais e no próprio CCCS, nos quais os homens eram os líderes e, portanto, ditavam as agendas, as feministas tomam como sintomática sua emancipação teórica, passando a organizar em 1974 o Grupo de Estudos da Mulher. Conforme Shulman (2004), um grupo que visava examinar os até então chamados “gêneros

femininos” – principalmente as revistas de moda e as telenovelas. A agenda do grupo focava em estudos qualitativos orientados pela teorização do papel das mulheres no trabalho doméstico, na família e também no consumo midiático.

Os primeiros trabalhos do grupo datam de 1978, quando o livro *Women Take Issue* é publicado junto ao CCCS. Conforme pontua Escosteguy (2010), antes desse volume os trabalhos estavam esparsos e possuíam pouca visibilidade nas publicações do Centro. Com ele, reuniram-se resultados e experiências de pesquisa de autoras como Angela McRobbie, Charlotte Brudson, Dorothy Hobson, Janice Winship, Christine Geraghty, Charlotte Brumdon entre outras, revelando uma primeira tentativa de produção intelectual com envergadura acadêmica (Escosteguy, 2010; Shulman, 2004). Os ensaios apresentados no volume lidam, em grande medida, com as mulheres de classe operária e, dessa maneira, não deixam de lado as questões de classe originárias do CCCS, mas encaram, sobretudo, as ideologias que comportam as relações de produção na divisão sexual do trabalho e na naturalização do sistema sexo/gênero (Brumdon, 1978).

Charlotte Brumdon (1978) dá início a publicação com “*It is well known that by nature women are inclined to be rather personal*”, artigo que irá salientar a desconstrução dos papéis exercidos pela mulher na sociedade como tributários de uma natureza feminina. Com argumentos claramente ligados a agenda do feminismo liberal, a autora irá demonstrar como noções naturalizadas de família, política e ciência foram criadas pelos homens. Preocupando-se, assim, com uma politização da vida privada que separasse a mulher de seus papéis domésticos, o artigo coloca em xeque que, por sua capacidade de reprodução, a mulher deva assumir como mandato essencial o cuidado da família e das crianças.

O artigo, “*Women ‘inside and outside’ the relations of production*”, produção coletiva do Grupo, irá salientar, através de uma leitura crítica das obras de Marx e Engels, como os papéis presumidos para mulher junto ao capitalismo, dos cuidados da família e do trabalho não-remunerado, são transferidos para as relações de produção do chão de fábrica, que sustentam o problema da opressão e naturalizam a mulher como sujeito não-remunerado pelo trabalho salarial. Conforme as autoras, “essas relações não salariais incluem a ‘construção particular do amor romântico’ na qual se aprende a inferioridade (...). Estas relações estão, sobretudo, implicadas na maneira costumada de ver os salários masculinos como os salários da família” (Bland *et al*, 1978, p.46).

São os textos subsequentes da publicação que dão enfoque no consumo dos meios de comunicação. Os artigos “*Hosewives: isolation as oppression*” de Dorothy Hobson, “*Working class girls and the culture of femininity*”, de Angela McRobbie e “*Woman’s World: Woman – An ideology of Femininity*” de Janice Winship, se dedicam a pensar a ideologias recorrentes nas subculturas femininas e o contato com produtos midiáticos. McRobbie (1978) descreve uma amostra de jovens mulheres e como suas experiências de



vida estão ligadas a sua posição material. A autora descobre que a posição feminina na sociedade é vista, por essas meninas, como natural e que suas escolhas de vida estão ligadas às construções da mulher romântica e dócil, cujo casamento e os cuidados com a família são inevitáveis, principalmente através do consumo de revistas direcionadas ao público jovem. Também estudando as revistas femininas, Winship (1978) analisa a contradição das ideologias da feminilidade e sustenta que a vida das mulheres nas publicações – prazeres, maternidade e trabalho – é construída conforme os desejos dos homens. Segundo a autora, as questões que envolvem a mulher têm relação íntima com um ideal masculino e não feminino. Portanto, a imposição e dominação da ideologia patriarcal estão estruturalmente presentes na cultura de massas, mesmo quando seus produtos são destinados à mulher (Winship, 1978).

A publicação “*Womens Take Issue*”, conclui-se com mais três artigos<sup>4</sup> que, de forma geral, buscam instituir um manifesto intelectual que dê conta das problemáticas da mulher nas relações com a cultura, com a política e com a sociedade. É possível dizer que os oito ensaios do volume apontam principalmente para a existência de uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe – a do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada nem muito menos suplantada pela outra, já que possuem hegemonias próprias.

A partir disso, é possível notar que politizar o sexo e a vida cotidiana, preocupando-se com a ideologia da cultura de massas e com as políticas de identidade torna-se intelectualmente relevante. A contínua produção acadêmica que se estabelece nas décadas de 1980 e 1990 é prova disso, apontando para a reconfiguração do próprio feminismo como prática acadêmica institucionalizada nas universidades ao redor do mundo<sup>5</sup>. As análises produzidas no período voltam-se particularmente para a representação do universo feminino no contexto da indústria cultural. Refletindo as audiências e os textos das mídias por meio de metodologias abertas e de cunho interpretativo, como as etnografias. O feminismo e suas problematizações tornaram evidente, assim, a necessidade de repensar a crítica dos meios de comunicação de massa e suas interfaces com as relações de gênero.

## **Encontros subalternos: diálogos possíveis entre Estudos Culturais e Teoria *queer***

Assim como no movimento feminista, as prerrogativas do universo do movimento homossexual também encontraram importante alicerce nas produções acadêmicas do CCCS. Em especial, um movimento de teorias autodenominado *queer* vislumbrou suas problemáticas na rasteira das produções sobre cultura que vinham sendo realizadas desde a década 1970. Como o feminismo, o *queer* se configurou por sua origem multisituada enquanto movimento político e acadêmico. Na reconstituição de suas bases epistemológicas é possível ressaltar que a ideia de cultura produzida pelos EC tem função

significativa no que concerne a desconstrução das estruturas sociais para a compreensão dos motivos pelos quais indivíduos tornam-se o que são, ou seja, como somos normalizados ou não pelos discursos.

Em 1990, Teresa de Lauretis empregou a denominação Teoria *queer* pela primeira vez para contrastar o pensamento *queer* com os estudos sociológicos de gênero e sexualidade. Em 1993, o livro *Epistemologias do Armário* de Eve Kosofsky Sedgwich foi lançado e não tardou para que os Estudos *queer* possibilitassem uma alternativa de crítica radical aos estudos canônicos da área. E para demonstrar um comprometimento político e epistemológico que não aspira ao centro e nem quer ser integrado ou tolerado, também politiza um termo que durante muito tempo foi usado para ofender e desqualificar os sujeitos que desviam ou transgridem as normas de sexo/gênero: *queer* significa estranho, esquisito, transviado, bicha ou sapatão.

Mas quando se fala das influências que inspiraram a criação desta corrente de pensamento, pouco situa-se a relação da Teoria *queer* com os Estudos culturais. É mais comum lembrar a influência dos Estudos feministas produzidos até os anos 1980, os Estudos pós-estruturalistas e, principalmente, as obras de Michel Foucault e Jaques Derrida. O primeiro volume de *A História da sexualidade* foi, de fato, de grande importância para os Estudos *queer* por romper com a hipótese repressiva das sexualidades. Não é que Foucault tenha dito que a repressão das sexualidades tenha sido mera ilusão, mas sim que “a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna” (Foucault, 1988, p.17).

Quanto ao Pós-estruturalismo de Jacques Derrida (1973), a Teoria *queer* utilizou-se da perspectiva metodológica da desconstrução e da suplementaridade. Segundo Richard Miskolci (2009), essa apropriação *queer* da teoria de Derrida sustenta a ideia de que desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência. Nesse caso, “a suplementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de heterossexualidade/homossexualidade são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação (Miskolci, 2009, p.154). Em sua gênese, a Teoria *queer* também teve influência das teóricas/ativistas feministas e dos antigos Estudos Gays e Lésbicos, mas não sem apresentar suas contraposições. Essas contraposições vão desde as críticas aos binarismos de gênero, passam pelas críticas aos fundacionalismos biológicos, pelas concepções de “essencialismos étnicos” e defendem o sujeito como um “termo em processo” (Butler, 2003). Mas, já neste ponto, também é possível visualizar a presença de uma crítica também engendrada pelos Estudos Culturais.

Miskolci (2009) lembra que o que denominamos hoje de Estudos Culturais originou duas vertentes principais: os Estudos pós-coloniais e os Estudos *queer*, ambos encarados como teorias subalternas que elaboram uma crítica aos discursos hegemônicos

da cultura ocidental. Os Estudos Pós-coloniais se ocupam de uma estratégia desconstrutiva e propositiva dos efeitos que as ações colonizadoras deixaram na cultura dos “países do sul”, sugerindo intervenções através da política, da filosofia e das artes. Já a Teoria *queer* também propõe esta crítica predominantemente desconstrutiva contra a epistemologia hegemônica e ocidental, mas com foco nas normatizações de uma cultura e de uma cidadania engendrada pelas normas de sexo/gênero. E ambas bebem da mesma fonte, pois foram os Estudos culturais os primeiros a contestar, de maneira interdisciplinar, as distinções hierárquicas e a dar atenção as culturas, aos grupos e aos sujeitos sociais historicamente estigmatizados, explorados e subalternizados (Miskolci, 2009).

Foram, também, as pessoas negras, lésbicas, transexuais, gays e feministas que impulsionaram a produção científica a questionar as formas tradicionais de compreender as desigualdades e as normas sociais dentro dos próprios Estudos culturais (Hall, 2006). Assim, ao também ter origem nos Estudos Culturais, a Teoria *queer* está intimamente ligada a algumas das mudanças profundas do século XX, como o fortalecimento dos movimentos feministas que “quebraram com uma visão masculina dentro na Escola Birmingham. Teóricos e ativistas *queer* também influenciaram e foram influenciados pelas revoltas políticas encampadas pelas pessoas LGBT, dirigiram críticas e reflexões as estratégias assimilacionistas e libertalistas dos grupos organizados e, com o *boom* do HIV/AIDS, contribuíram para reconfigurações do modo de discutir sexualidades. Logo, a Teoria e os ativismos *queer* fortaleceram-se através desses acontecimentos e deixam evidente que sua gênese está localizada, assim como os Estudos culturais, em uma série de demandas sociais.

É possível, também, estabelecer alguns pontos de ligação entre dois grandes nomes dessas duas vertentes teóricas: Stuart Hall (Estudos culturais) e Judith Butler (Teoria *queer*). Apesar de os Estudos *queer* denotarem um marcador de instabilidade da identidade, isso não significa que suas proposições aboliram a existência da identidade lésbica, por exemplo. Ao passo em que a Teoria *queer* preserva a categoria desta identidade, trabalha “contra a reificação das lésbicas e está em direção a visões da lesbianidade como um terreno crítico da desconstrução do gênero, e não como uma experiência unitária com um significado particular” (Phelan, 1993 cit. por Gamson, 2006, p. 354). E ao atentar para a desestabilização das identidades sexuadas e generificadas, joga-se luz sobre sujeitos e corpos descontínuos e incoerentes que deixam de se conformar às inteligibilidades culturais. Em resumo, temos aqui uma política pós identitária. Segundo Hall (2006), o sujeito do iluminismo e o sujeito sociológico estão ficando para trás. Como argumento, o autor aponta cinco grandes rupturas na teoria social e nas ciências humanas no período da modernidade tardia (a segunda metade do século XX) cujo maior efeito, argumenta-se, foi o descentramento deste sujeito cartesiano. Estes

cinco descentramentos, ainda que indiretamente, figuram de forma constante nas teorizações *queer* e na obra de Butler

O primeiro descentramento apontado por Hall refere-se ao pensamento de Marx. Butler (2003), assim como algumas releituras marxistas, explica que os indivíduos não podem ser os autores ou os agentes originais da história, uma vez que estes podem agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e culturais que lhes foram fornecidos. Essa posição é visível na obra da autora quando explora os conceitos de performatividade e ordem compulsória de sexo/gênero. Butler desfaz a distinção sexo/gênero para argumentar que não há sexo que não seja já e, desde sempre, gênero. Logo, não há corpo natural que preexista à sua inscrição cultural e todos os corpos são generificados e sexuados desde o começo da sua existência social – e não há existência que não seja social. Se o gênero não é aquilo que somos, mas sim aquilo que fizemos e/ou fizeram de nós, também não é um fazer por um sujeito que preexista ao feito. A autora rejeita o argumento de que os atos performativos do sexo/gênero seriam executados pelos próprios sujeitos, mas sim que são esses atos performativos que constituem um sujeito e uma identidade que são o seu efeito e não a sua causa. Desse modo, mesmo os sujeitos que desviam-se das inteligibilidades culturais só poderão escancarar o sexo/gênero como construtos culturais dentro de um quadro altamente rígido e contingente, pois “o modo de instrumento de subversão será determinado e possibilitado pelo próprio instrumento. Em outras palavras, a subversão e a agência são condicionadas, se não determinadas, por discursos dos quais não se pode fugir” (Salih, 2012, p. 95).

Além disso, a ideia de sujeito como um termo em processo ou que está sempre envolvido em um devir (Butler, 2003), alinha-se ao segundo descentramento apresentado por Hall e pelos Estudos Culturais. Este segundo descentramento foi motivado, na visão do autor, pelo deslocamento que Sigmund Freud causou ao afirmar que as identidades permanecem incompletas em um constante processo de formação. Há, então, uma postura *queer* e uma apropriação dos Estudos culturais que vão ao encontro uma da outra e que defendem a compreensão da identidade como um processo de identificação e desidentificação: inacabada, em andamento, marcada pela diferença. Já o terceiro descentramento apresentado por Hall tem como base a linguística saussureana e os posteriores estudos em linguagem. A sintonia com os Estudos *queer* e com a obra de Butler está justamente na afirmação de que a linguagem preexiste a nós e, portanto, assim como não existe identidade fora da linguagem, não existe sexo/gênero fora do discurso. Pelo contrário, o sexo/gênero é produzido no interior dos processos linguísticos e discursivos. Trata-se, então, de um corpo/sexo/gênero como significado e como significação, um corpo que só pode ser conhecido, apreendido, compreendido através da linguagem e do discurso. Logo, a linguagem não apenas nomeia o corpo como também institui o próprio corpo, isto é, o corpo é um aspecto do discurso que tem o poder de

produzir o que nomeia (Butler, 2003). Esta proposição também está intrinsecamente vinculada às inspirações e tensões entre os estudos do pós-estruturalismo empregados por Foucault, Derrida e também pelos movimentos políticos identitários da modernidade tardia. E é por este motivo que as teorizações de Michel Foucault e as ações destes movimentos constituem, respectivamente, o quarto e o quinto grande descentramento das identidades apontados por Hall.

Esta breve exposição – que pode e deve ser ampliada – é importante porque assim como argumenta Guacira Louro (2004), as condições que possibilitaram a emergência dos estudos e movimentos *queer* ultrapassam as condições pontuais da política e da teorização de gênero e sexualidade. A Teoria *queer* precisa ser compreendida dentro de um quadro mais amplo que é apresentado, ainda que de maneira descontínua, pelos Estudos culturais. Exposto isso, fica o desafio que os Estudos culturais e *queer* ainda oferecem para pensar a comunicação. E um desafio que vai além das tentativas contemporâneas de olhar para os processos de comunicação através das culturas, é o dar curso a uma tentativa de “*queerizar*” (Melo, 2012) os processos de comunicação através da localização, entre outras estratégias, das emergências, resistências e subversões de um sujeito *queer/comunicante*.

### **Algumas considerações**

As questões tratadas neste artigo procuraram expor, ainda que não exaustivamente, os primeiros argumentos que levaram os estudos em comunicação a pensar e propor teorias sobre as relações de gênero. No que concerne o movimento dos EC britânicos, é notável a sua contribuição para, primeiro, as teorias da comunicação em geral por seus aportes teórico-metodológicos e conceituais, como o alargamento do conceito de cultura, e, segundo, pela abertura interdisciplinar das reflexões que viriam a refletir e indagar as construções de gênero e suas formações ideológicas. Quanto a isso, especialmente pensando os primeiros argumentos aqui expostos, algumas considerações podem ser feitas:

É possível notar que a amplitude do conceito de gênero nos estudos em comunicação, no período de 1970 a 1980, era assumidamente feminista e, portanto, seu uso descritivo e denotativo comportava majoritariamente as mulheres. Conceitualmente, é interessante ressaltar que a categoria de gênero nas pesquisas era pouco explorada em seu vigor epistemológico, já que as autoras estavam tratando teórica e empiricamente de algo novo, apesar de haver publicações já consolidadas, como *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir e *A mística feminina* (1967) de Betty Friedman.

Mesmo assim, o sistema sexo/gênero (Rubin, 1993) possui grande destaque nas publicações. Relacionado com discussão embrionária da teoria das relações de gênero, essa teoria reflete o ainda não resolvido impasse dualista entre as concepções do natural

e do cultural. Ao interpretar o sexo como uma matéria-prima, Rubin (1993) absolve-o de interrogações no relevo sociocultural, estando o mesmo garantido pela natureza. Já, o gênero, pelo contrário, passível de uma construção social, é posicionado sobre a mudança. Nesse sentido, a produção intelectual sobre o gênero, nesse momento, está sob a forte influência de uma abordagem pós-marxista, vide o uso dos conceitos de ideologia e hegemonia.

Como visto, as pesquisas estavam fortemente ligadas ao movimento feminista liberal inglês e, por isso, apresentavam recortes e implicações específicas e localmente situadas; e a teorização fundamental recaía no flagrante das relações ideológicas incrustadas nos bens culturais e conseqüentemente na vida cotidiana das mulheres da classe operária inglesa. No entanto, é relevante destacar que o encaminhar dos estudos de gênero nas teorias sociais, passam, a partir dos anos de 1980, por novas perspectivas de análise e com o avançar das problematizações surgem contrapontos e problematizações que irão se distanciar da perspectiva sistêmica e considerar o sexo e o gênero, ambos, construtos simbólicos de caráter sociocultural e, portanto, arbitrariamente constituídos pelos discursos. Nessa perspectiva, destacam-se as reflexões de Joan Scott (1995), teórica que introduz o conceito de gênero a análise histórica, sendo bastante utilizada para as pesquisas subseqüentes, principalmente a partir da década de 1990.

Transformando homens e mulheres em perguntas, Scott alerta-nos criticamente para aquilo que denomina de usos descritivos do gênero. Segundo ela, eles seriam três: 1) gênero como sinônimo de “mulheres”, uso mais recorrente, surgido para politizar o termo “mulher” no âmbito acadêmico; 2) gênero como sinônimo da relação entre mulheres e homens, nesse caso, o conceito adquire um caráter relacional e; 3) a noção de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, ponto central da dicotomia sexo x gênero. Há, nesse sentido, a necessidade de extrapolar simples descrição dos fenômenos empíricos para avançar em uma analítica das maneiras como o corpo, o sexo e as relações sociais são generificadas.

Entendendo, assim, o gênero como uma categoria analítica, Scott opta pela desconstrução da oposição binária, interpretada enquanto máxima universal e atemporal, entre homens e mulheres. Desnaturalizando essas afirmações, inclui-se a ideia de que o gênero é um discurso hierarquizado sobre as diferenças. Dessa maneira, o que interessa para sua análise, são as formas com as quais as diferenças são construídas culturalmente, de modo a destituir a impermeabilidade do masculino e do feminino como condições fixas e imutáveis, para assegurá-los como categorias questionáveis e relativas.

Por fim, ao posicionarem as questões de gênero como proeminentes, tanto as teóricas feministas como os estudos *queer* propuseram novos caminhos aos estudos em comunicação. Desvela-se, nesse sentido, de maneira clara e consistente, a politização da vida privada, além do reconhecimento das questões de poder que estavam naturalizados

por uma perspectiva essencialista do termo, até então vinculada pela própria ciência ao biológico, incrustada nos meios de comunicação. A recorrência da categoria de gênero representou aos estudos feministas em comunicação a ruptura com a radicalidade estrutural dos conhecimentos universais que fixaram a mulher e o homem como seres constituídos naturalmente. Dentre diversas conceituações, é possível observar o consenso teórico da configuração do gênero enquanto uma categoria de análise relacional, histórica, cultural e, sobretudo, sociopolítica. Como nota Heilborn (1994), a dimensão do gênero e seu intenso debate enraízam-se nas próprias tensões epistemológicas das ciências sociais. Em sua aplicabilidade, dois domínios podem ser explicitados: “como forma de classificação ordenadora do mundo social a ser examinada e como dado constitutivo da identidade do sujeito de pesquisa” (Heilborn, 1994, p.2). Nota-se, assim, a implicação de duas grandes matrizes de pensamento que operam distinções e possibilidades ao conceito, de um lado a tradição do empirismo que, em sua ênfase interpretativista, busca o entendimento no âmbito singular da experiência recusando as universalidades para a explicação do mundo. Em contraposição, as correntes do racionalismo que se sustentam pela ênfase na abstração dos sentidos universais no que tange os fenômenos sociais.

O gênero, assim, é percebido enquanto uma categoria conceitual de importante complexidade e reconhecível polissemia. O aprofundamento do conceito, sob o escopo de diversas teorias e campos de estudo, vide a importância de pensá-lo no campo da comunicação, indica que seu debate não é tarefa fácil e requer cuidadoso reparo analítico interdisciplinar. Nesse sentido, nos ancoremos naquilo que move o conceito em sua base evidente: a (des)construção das diferenças de classificação ontológica do ser humano, enquanto referentes natos de duas esferas primordiais de enunciação discursiva e material, feminino e masculino. O que está em xeque, aqui, são as assimetrias de poder entre dois polos contrários e complementares de acordo com a própria cultura. O questionamento que cerca o conceito pretende desmistificar justamente essa bipolaridade perguntando-se sobre as diversidades, hibridismos e marcas de distinção possíveis e passíveis de representação e estilização.

Quanto à problemática *queer*, destacamos, ainda, a relevância dos EC para a formação epistemológica das análises no encaminhar da subversão do status de gênero como forma de desencaixe da ordem compulsória (heterossexualizante), que obriga a coerência e linearidade entre sexo, gênero e desejo. Nesse sentido, como importante lição os estudos *queer* nos dizem que empreender um gênero, não tem relação prescritiva com o papel sexual dos corpos, mas sim, com o modo de situar-se em corpo no interior de uma estrutura reguladora e classificatória que organiza as práticas, os atos e as vivências, cabendo ao ser humano interpretá-las, organizá-las e performatiza-las. Nesta via, constatamos que os estudos em comunicação, ou ainda os objetos da comunicação, não foram suficientemente atingidos pela problemática *queer*, com poucos estudos a serem destacados<sup>6</sup>.

## Referências

- Bland, L. *et al*, (1978). Women ‘inside and outside’ the relations of production. *Women take issue*. London: Hutchison.
- Brumdon, C. (1978). It is well known that by nature women are inclined to be rather personal. *Women take issue*. London: Hutchison.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Escosteguy, A. C. (2001). *Cartografias dos estudos culturais - uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autentica,
- Escosteguy, A. C. (2008). *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I– A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal
- Fraser, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos feministas*, 2 (15), p. 291-307.
- Gamson, J. (2006). As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. En: Denzin, N. K. & Lincoln, I. S (Eds.), *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 342-364). São Paulo: Artmed Bookman.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre revoluções do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 2 (22), p.15-45.
- Hall, S. (2003). Estudos culturais dois paradigmas. En: Hall, S.& Sovik, L. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobson, D. (1978). Hosewives: isolation as oppression. *Women take issue*. London: Hutchison.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marconi, D. (2015). *Documentário queer no Sul do Brasil (2000-2014): narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das LGBT* (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- Matterlart, A. & Neveu, E. (2004). *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola.



- McRobbie, A. (1978). Working class girls and the culture of femininity. *Women take issue*. London: Hutchison.
- Melo, C. (2012). Novos sujeitos da comunicação – uma contribuição dos Estudos Queer para misturar: emissão-recepção-produção-expressão. En: IV *Enpecom – Encontro de Pesquisa em Comunicação*, 2012, Curitiba-PR.
- Messa, M. R. (2008). Os Estudos Feministas de Mídia: Uma trajetória anglo-americana. En: Escosteguy, A. (2008). *Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Miskolci, Richard (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias* 11(21), p. 150-182.
- Nagine, M. (2015). *Em busca das origens de um cinema queer no Brasil*. (Dissertação de mestrado), UFSCAR.
- Repoll, J. (2010). *Arqueologia de los estudios culturales de audiencia*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México.
- Ribeiro, I. (2008). *Identidade Capturada. A Parada do Orgulho Gay de São Paulo em 2007 nos Telejornais* (Dissertação de Mestrado), UNIP.
- Rodrigues, Andrei Iribui (2008). *As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira: um olhar contemporâneo das últimas três décadas* (Tese de Doutorado), UFRGS.
- Rubin, G. (1993). *O Tráfico de mulheres: notas sobre economia política do sexo*. Recife: Edição SOS corpo.
- Salih, S. (2012). *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- Santos, E. (2015). *“SIN PORNO NO HAY POSPORNO”*: *Corpo, Excesso e Ambivalência na América Latina* (Dissertação de mestrado), UFF.
- Silva, F. (2015). *Bicha (nem tão) má: representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida* (Dissertação de mestrado), PUC-RS.
- Silva, M. V. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade* (Tese de Doutorado), UFRGS.

- Schulman, N. (2004). O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma historia intelectual. En: Silva, T. (2004). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica.
- Tomazetti, T. P. (2015). O feminismo na era digital e a (re) configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero | Or feminism na was digital and to (re) configuração de um communicative context for gender policies. *Razón y Palabra*, 19(2\_90), 488-500.
- Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Winship, J. (1978). *Woman's World: Woman – An ideology of Femininity. Women take issue*. London: Hutchison.
- Zanforlin, S. C. (2004). *Nem Comédia, Nem Drama: Gay como gente. Análise crítica do seriado televisivo Os Assumidos (Queer as Folk)* (Dissertação de mestrado), UNB.

## Notas

<sup>1</sup> A nova esquerda foi um movimento intelectual e político de base socialista da década de 1960. Seus projetos giravam entorno de uma ação anti-imperialista que era “favorável à nacionalização das principais indústrias e da abolição do privilégio econômico e social. Ela também estava por detrás dos esforços a favor do desarmamento nuclear e do enriquecimento da vida cultural das classes operárias” (Schulman, 2004, p.186-187).

<sup>2</sup> Até 1969 quando é substituído por Stuart Hall (Escosteguy, 2001).

<sup>3</sup> Enquanto períodos delimitados no tempo por um tipo de prática política predominante, as ondas do feminismo contemplam certa interpretação dos cenários e da diversidade do movimento, e assinalam, através de marcos históricos, como ele se reinventou ao longo de suas trajetórias em permanente resposta às problemáticas de cada época. “A *segunda onda*, definida pelo período de efervescência política e cultural da década de 1960, advém de um processo de transformações na economia mundial e transnacionalização dos estados capitalistas, este período deflagra o início da produção teórica e a força da prática militante do movimento sob o escopo do feminismo radical. Ordenado pelo direito a liberdade sexual das mulheres, o feminismo da segunda onda institui a politização dos espaços cotidianos de opressão e fomenta a vinculação de políticas de identidade e reconhecimento ao enriquecer seu debate com o slogan ‘o pessoal é político’” (Tomazetti, 2015, p. 03).

<sup>4</sup> “*Psychoanalysis and the cultural acquisition of sexuality and subjectivity*” (Burniston *et al*, 1978); “*Relations of reproduction: approaches through anthropology*” (Bland *et al*, 1978) e “*Shirley: relations of reproduction and the ideology of romance*” (Harrison, 1978).

<sup>5</sup> Messa (2008), aponta com detalhes essa produção elencando os principais trabalhos: Janice Winship, *Sexuality for Sale* (1980); Angela McRobbie, *An Ideology of Adolescent Femininity* (1982); *Feminism and Youth Culture: from Jackie to Just Seventeen* (1991) e *Postmodernism and Popular Culture* (1994); Dorothy Hobson, *Crossroads: the Drama of a Soap Opera* (1982); Annette Kuhn, *Women's genres* (1984); Ien Ang; *Watching Dallas: Soap Opera and Melodramatic Imagination*; Carol Lopate e Tânia Modleski, Michèle Mattelart, *Women and the Cultural Industries* (1982) e *Women, Media and Crisis: femininity and disorder* (1986); Christine Geraghty (1990; 1995); *Women and Soap Opera* (1990) *Feminism and media*

*consumption* (1995); Andrea Press, *Class, gender and the female viewer*, Andrea Press (1992); Charlotte Brundson, *Crossroads: notes on soap opera* (1981), *Women watching television* (1986) e *Feminism and Soap Opera* (1988).

<sup>6</sup> Desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os estudos *queer* aportaram no Brasil também como uma alternativa aos estudos canônicos das sociologias/antropologias das sexualidades, influenciando novas levadas de estudos científicos nestas duas áreas. No entanto, pensar a comunicação e os estudos de mídia no Brasil por meio de uma perspectiva *queer* é ainda mais recente. É possível citar alguns trabalhos como: Zanforlin (2004); Ribeiro (2008); Rodrigues (2008); Lacerda (2015); Marconi (2015); Silva (2015); Nagime (2015);